

Devem sair, hoje, duas medidas importantes para o mercado financeiro: nova regra para o Imposto de Renda sobre títulos de renda fixa e a volta da OTN como indexador da correção monetária. Veja detalhes das

mudanças abaixo e confira o que significam na seção *Seu Dinheiro* (página 7). Na página 5, os planos do governo para a renegociação da dívida: pediremos para não pagar mais taxa de risco sobre os empréstimos, mas

o ministro Bresser Pereira não deverá assumir posições intransigentes em Washington. Bresser deixa o País, hoje, sob as críticas empresariais à sua política interna. Elas estão na página 6.

O que muda para seu bolso

Haverá imposto pesado para as aplicações de curto prazo em renda fixa. E as cadernetas voltam a render de acordo com a inflação.

Uma tabela regressiva de alíquotas deverá reger a tributação de aplicações em títulos privados nominativos, se for aprovada a nova sistemática fiscal para o mercado financeiro, que deverá ser examinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na sua reunião de hoje à tarde. As alíquotas variarão entre 45%, em resgates superiores a 28 dias — até um limite ainda não definido — e 25%, para aplicações acima de um ano. Os títulos ao portador serão tributados com alíquota única de 50%, independentemente do prazo. Se essas medidas forem aprovadas, entrarão em vigor no dia 1º de outubro.

O CMN deve analisar ainda um projeto para a rolagem das dívidas do setor de açúcar e álcool e regras para a comercialização da próxima safra. Essas medidas ainda não constam, oficialmente, da pauta da reunião do Conselho Monetário que será definida em reunião de diretoria do Banco Central, hoje pela manhã.

Ontem à noite, técnicos do Banco Central e da Secretaria da Receita Federal ainda trabalhavam na definição do intervalo de aplicação sobre o qual deverá incidir a alíquota de 45%. Uma possibilidade em estudos era a incidência da alíquota máxima para as aplicações resgatadas ou trocadas de portador entre o 29º e 60º dia. A alíquota de 25% para aplicações superiores a um ano já estava definida.

Com as alíquotas diferenciadas, o governo pretende alongar os prazos de captação de recursos dos bancos e instituições financeiras. Com isso, os prazos dos empréstimos também crescerão.

As normas gerais para a conversão da dívida externa brasileira em investimento não estão incluídas nas resoluções a serem divulgadas hoje pelo Conselho Monetário Nacional. A explicação de uma fonte do Banco Central é que o governo preferiu aguardar a negociação da dívida externa para que as regras de conversão nos sejam as mais favoráveis possíveis.

A maior pressão para que o Brasil possibilite a conversão dos créditos estrangeiros em investimentos internos vem de grandes bancos, aos quais interessa ter uma perspectiva de liquidez. A equipe que estuda a regra, no entanto, vem encontrando dificuldades em definir os limites desse investimento, as áreas em que será permitido, o deságio a ser estabelecido e os limites da remessa de lucros ao Exterior. Dependendo da forma como for negociada nossa dívida, por exemplo, a conversão será permitida para o principal da dívida ou apenas para os juros. "O governo brasileiro não tem pressa", disse a fonte.

Mercado agrícola

O governo só intervirá no mercado agrícola liberando seus estoques reguladores dos principais produtos da região Centro-

A troca da LBC pela OTN como indexador da economia

O Conselho Monetário Nacional examina hoje uma nova mudança na fórmula de correção monetária — com substituição da Letra do Banco Central (LBC) pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). O reflexo destas decisões sobre o Sistema Financeiro da Habitação era ontem uma das principais dúvidas do Banco Central. Temia-se por uma corrida às cadernetas de poupança, que passariam a ser remuneradas e corrigidas segundo a OTN e não mais pela LBC, papel de rendimento real superior à inflação, nos últimos meses.

A troca da LBC pela OTN como indexador da economia é uma decisão fechada do BC, que deseja trabalhar com um título exclusivamente seu para administrar o dia-a-dia da política monetária, sem se preocupar em ajustá-lo à variação do IPC. Contudo, técnicos do BC sustentam que essa mudança só deve acontecer quando a LBC se aproximar da inflação, evitando perdas para os aplicadores de títulos de renda fixa (CDB) e da caderneta de poupança.

Até a última sexta-feira, a LBC já havia contabilizado um rendimento acumulado de 5,4%. Contudo, como restam ainda oito dias úteis, a contar do início desta semana, a autoridade monetária teria de reduzir drasticamente a taxa básica de juros praticada no mercado do *overnight* para ajustar a LBC a uma inflação que está sendo estimada entre 6 e 6,5%.

Isso, porém, não parece ocorrer, pois ontem a taxa da LBC manteve-se no patamar dos 10%, sinalizando uma taxa acumulada em torno de 8%, mesmo que o BC venha a reduzir o *over* para o limite dos 9,5% nos restantes sete dias úteis. Se a LBC fechar o

Sul, como o arroz, feijão, milho, soja, entre outros, quando os preços atingirem o "nível de intervenção". Esse novo índice foi elaborado tomando como base os preços no atacado dos últimos cinco anos mais 12%, que correspondem à variação média de preços durante o período de entressafra. Com esse projeto, o governo se compromete a não interferir no mercado enquanto os preços dos produtos agrícolas variarem entre o preço mínimo, estabelecido em julho último, e os preços de intervenção. O estudo prevê que, se o limite de intervenção for constatado por um período de duas semanas, o governo colocará seus estoques no



Konder Bornhausen, novo membro do CMN.

mês rendendo 8% e a inflação ficar no limite de 6,5%, o diferencial será de 1,5 ponto percentual, desaconselhando a troca do indexador neste momento.

Há ainda uma série de dúvidas em relação às modificações em estudo e o perfil da dívida interna, que também volta a ser corrigida pela OTN fiscal, o que poderia significar um crescimento menor do custo desta dívida, embora houvesse alguns aspectos legais necessitando de acerto e que estavam sendo discutidos na noite de ontem pela equipe econômica do governo. Também há uma série de dúvidas na alteração a ser feita no sistema de tributação sobre o mercado financeiro, medida que deveria ser adotada juntamente com a mudança de indexador e que ainda provoca divergências técnicas a respeito de seus eventuais resultados.

— Existe, no entanto, uma forte expectativa do mercado neste sentido e dificilmente estas medidas deixarão de ser examina-

das pelo Conselho na reunião desta terça-feira —, afirmou um funcionário governamental que até o final da noite de ontem não havia, ainda, fechado a pauta da reunião.

Este funcionário negou que o CMN venha a examinar, hoje, medidas para alterar as regras para conversão da dívida externa em investimentos no País, alegando que o assunto também não chegou a consenso. De qualquer forma, o Banco Central já sustou a apreciação de todos os processos de conversão, que somam hoje US\$ 457 milhões, mesmo tendo aprovado, no primeiro semestre, a conversão de US\$ 376 milhões da dívida.

O CMN também poderá apreciar voto para permitir aos Estados que estão com seus bancos sob administração especial emitirem Obrigações do Tesouro Estadual, no montante da dívida que estes bancos têm com o Banco Central, promovendo uma "solução contábil" para o problema. Assim, a dívida seria assumida pelos Estados, permitindo o saneamento mais rápido destes bancos. O diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Bucchi, afirmou que dentro de dois meses estes bancos deverão ser devolvidos aos governos estaduais.

O Conselho Monetário ganhou ontem novos representantes do setor empresarial, nomeados pelo presidente Sarney para um mandato de dois anos: João Pereira dos Santos, Roberto Konder Bornhausen (presidente da Federação Brasileira dos Bancos), Antônio Machado Guimarães e Elmo de Araújo Camões. Foram reconduzidos ao CMN os empresários Pedro Conde e Antônio de Oliveira Santos (presidente da Confederação Nacional do Comércio).

O ministro do Interior, João Alves, apresentará hoje, na reunião do CMN um único voto. Trata-se de uma solicitação para que os bancos da Amazônia (Basa) do Nordeste (BNB) e de Roraima possam operar a caderneta rural que é, por enquanto, atribuição exclusiva do Banco do Brasil. O ministro da Agricultura, Íris Resende, deverá tentar incluir, nesse voto, o Banco Nacional de Crédito Rural (BNCC).

quantitativos. As importações poderão vir a ser taxadas no caso de apresentarem preços inferiores aos níveis de intervenção, de forma a que o produtor nacional não seja prejudicado por uma concorrência desigual.

O ministro do Interior, João Alves, apresentará hoje, na reunião do CMN um único voto. Trata-se de uma solicitação para que os bancos da Amazônia (Basa) do Nordeste (BNB) e de Roraima possam operar a caderneta rural que é, por enquanto, atribuição exclusiva do Banco do Brasil. O ministro da Agricultura, Íris Resende, deverá tentar incluir, nesse voto, o Banco Nacional de Crédito Rural (BNCC).

Embora o estudo do Banco Central aponte para maior apoio à privatização do sistema financeiro nacional, parte dos recursos do Banco Mundial também poderão ser aplicados no saneamento dos bancos comerciais estaduais, desde que haja contrapartida por parte dos governos estaduais, afirmou Bucchi.

O País vem vivendo um processo de concentração nas aplicações de curtíssimo prazo, que não passam de 60 dias, afirmou Bucchi, sendo necessário, portanto, um reordenamento das aplicações de modo a alongar os prazos e permitir o crescimento econômico do País.

Uma completa reforma no sistema bancário. Já no próximo ano.

Um projeto que reformula o sistema financeiro nacional, dando ênfase à privatização, deverá ser apresentado ao Banco Mundial (Bird), em Washington, no dia 7 de outubro próximo, pelo diretor da Área Bancária do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi. O projeto já está em fase de conclusão, prevendo uma linha de crédito de US\$ 500 milhões a US\$ 1,5 bilhão do Bird para financiá-lo. Uma missão do Banco Mundial virá a Brasília no final do próximo mês para examiná-lo, a fim de que o acordo definitivo possa ser assinado em dezembro e as primeiras remessas de dólares cheguem ao País já em abril de 1988.

A reformulação do sistema financeiro brasileiro, segundo o projeto do Banco Central, busca o aumento da produtividade dos bancos, reduzindo o custo de intermediação financeira, de modo a possibilitar a oferta de dinheiro mais barato aos investidores e, deste modo, incentivar o crescimento da economia. A base do novo sistema, segundo o diretor da Área Bancária do Banco Central, será a desburocratização e flexibilização do funcionamento dos bancos, dando maior segurança ao sistema.

O banco múltiplo, segundo os estudos do BC, deverá ser uma consequência da reformulação que deverá adotar um sistema de graduação para as diversas instituições financeiras. De acordo com seus ativos e outras características, elas poderiam passar a operar em faixas mais amplas do mercado. Isto provocaria uma redução substancial de custos, segundo Bucchi, que vê condições no "novo desenho" do sistema financeiro, para que voltem a existir, no País, linhas de financiamento de longo prazo, flexibilizando novos investimentos.

Embora o estudo do Banco Central aponte para maior apoio à privatização do sistema financeiro nacional, parte dos recursos do Banco Mundial também poderão ser aplicados no saneamento dos bancos comerciais estaduais, desde que haja contrapartida por parte dos governos estaduais, afirmou Bucchi.